

GEOPOLÍTICA DA MESTIÇAGEM

Luiz Felipe de Alencastro

Tradução de Maria Lúcia Montes

Publicado originalmente em *Symposium*, 1984 (Encyclopaedia Universalis).

Elogio da mestiçagem?

As aberrações racistas de um passado recente e os novos desafios que a emancipação política das minorias e a inserção dos trabalhadores imigrantes representam para certos países fizeram com que os fenômenos de mestiçagem despertassem um crescente interesse na América e na Europa. De fato, no pós-guerra, a mestiçagem passou a ser vista como um movimento contínuo de intercâmbios e alianças intercomunitárias, levando naturalmente à superação das clivagens raciais e à eliminação das disparidades sociais que nelas se enxertaram ao longo da história. Através da assimilação de diversos núcleos culturais num tronco social dominante, ou pela fusão das etnias

em uma sociedade original e sincrética, as uniões inter-raciais e a mistura das populações são chamadas a desempenhar a função de motor da transformação dos indivíduos e das sociedades.

Diante dos enigmas nacionais criados pela formação dos Estados contemporâneos, a mestiçagem desataria o nó górdio que liga o conceito moderno de nacionalidade ao conceito de cidadania, permitindo assim apressar o surgimento do homem universal. Investidos destas aspirações generosas e humanitárias, os intercâmbios inter-raciais representam, desde então, por uma curiosa repetição da história, um papel semelhante àquele que, antes da primeira guerra, desempenhava o internacionalismo de Jaurès, que sonha-

va com a "pátria universal das nações independentes e amigas". Ancorado ora no passado ora no futuro, extrapolando fenômenos sociais desenvolvidos noutros horizontes, este elogio da mestiçagem deserta o contemporâneo e o político, para se inscrever imediatamente na metáfora filosófica.

Tal visão das realidades culturais tem a seu favor o fato de se integrar às mais nobres esperanças expressas no período posterior a uma guerra onde o extermínio dos povos e das culturas foi elevado à categoria de política de Estado. Nem por isso, essas expectativas fraternais, baseadas no entendimento universal entre os homens, sem distinção de raças e de culturas — expectativas inscritas nos enunciados da carta de fundação da Unesco —, deixam de ser contrariadas pela evolução das relações internacionais, marcadas cada vez mais por tensões em torno de particularismos e de movimentos de caráter etnocêntrico. Na realidade, os abalos provocados na África e na Ásia pela descolonização e pela emergência de novos Estados, a irrupção de reivindicações políticas entre as minorias étnicas da América, a recrudescência islâmica no Oriente Médio e na África, as tensões suscitadas no Leste pelos desequilíbrios demográficos entre as nacionalidades reunidas no interior de alguns países socialistas, a incorporação problemática dos trabalhadores imigrantes na Europa Ocidental atingida pela crise econômica ilustram de modo dramático a realidade nova que está atualmente em jogo nos antagonismos étnicos. Tanto mais que a internacionalização dos conflitos locais contribui para exacerbar a maioria desses conflitos.

Mestiçagem, o estatuto incerto de raça e cultura

Ao tentar analisar esses acontecimentos, a maior parte dos estudos sobre as relações raciais esbarra em duas indeterminações. A primeira diz respeito ao estatuto incerto dos conceitos de raça e de cultura. A segunda refere-se à extrema variabilidade dos dados históricos, demográficos e culturais que condicionam as relações raciais estabelecidas em épocas diferentes nos diversos continentes.

A recorrência das ideologias raciais

Empregado para classificar as comunidades humanas, mas igualmente para estabelecer entre elas hierarquia justificadora da dominação política, o conceito

de raça permanece marcado pela imprecisão científica e por condicionantes ideológicas.

Admitamos por um instante que os 4,5 bilhões de homens que povoam o planeta possam ser classificados segundo suas características aparentes: negros, brancos, amarelos. Constatemos em seguida que os biogeneticistas reconhecem três constantes genéticas que permitem esboçar distinções entre os indivíduos: a melanina, a lactase e as propriedades serológicas do sangue. Estas variáveis foram combinadas por especialistas de modo a chegar a três classificações distintas, sem que nenhuma delas coincida com a repartição da humanidade em grupos raciais baseados na cor, na textura dos cabelos e na forma do crânio. É por esta razão que Albert Jacquard afirma: "A resposta do geneticista interrogado sobre o conteúdo da palavra raça é, portanto, clara — este conceito não corresponde, na espécie humana, a nenhuma realidade definível de modo objetivo". Aprofundando a análise, François Jacob nota: "À medida que se aperfeiçoam nossos meios de investigação, constatamos uma variabilidade extraordinária, insuspeitada há dez anos, dos caracteres que podemos especificar. A distância biológica entre duas pessoas do mesmo grupo, de um mesmo lugarejo, é tão grande que torna insignificante a distância entre as médias de dois grupos".

Cientificamente inoperante, a idéia de raça perpetua-se, no entanto, e de modo muito eficaz, pela dinâmica relacional descrita por Max Weber. É a percepção subjetiva de uma mesma origem comum, das mesmas disposições herdadas e transmissíveis por herança, que leva os membros de um grupo a se concentrarem em ações de afirmação coletiva e, sobretudo, em ações de oposição patente a outros indivíduos. Percebe-se, assim, a pertinência da análise de Lévi-Strauss: "Longe de ser preciso se perguntar se a cultura é ou não função da raça, descobrimos que a raça — ou o que geralmente se entende por este termo — é uma função, entre outras, da cultura", uma vez que é o próprio grupo que determina seus próprios elementos constitutivos, suas próprias alianças, suas próprias exclusões (Lévi-Strauss, 1983). Essas reversões sucessivas de causalidade entre as noções de raça e de cultura encontram-se na origem da recorrência das ideologias raciais. De modo secundário,

essas oscilações explicam a multiplicidade de funções atribuídas à mestiçagem. Segundo os autores, encontraremos expressões como "arquitetura mestiça", "literatura mestiça", "fascismo mestiço", "socialismo mestiço" e "economia mestiça" (Möerger, 1967).

Miscigenação e aculturação

Em consequência dessa polissemia, a noção de mestiçagem alarga seu campo conceitual, para recobrir simultaneamente a hibridiz do patrimônio étnico de certos indivíduos e os processos de aculturação, embora esses dois fenômenos não sejam necessariamente ligados e nem mesmo concomitantes. Sem utilizar o conceito contestado de raça, é importante, pois, distinguir a mestiçagem biológica — a miscigenação — das inter-relações sociais que dão lugar a situações mais ou menos desenvolvidas de aculturação. Enquanto a miscigenação se refere geralmente a relações triádicas, no interior das quais a especificidade do mestiço rompe com a dualidade dos fenótipos característicos de seus dois ascendentes imediatos, a aculturação coloca em interação recíproca dois ou mais grupos distintos.

Entre muitos outros autores, Herkowitz e Bastide enumeram vários esquemas próprios à aculturação. Resulta que este fenômeno pode decorrer do contato entre sociedades globais ou das relações mantidas entre alguns segmentos destas sociedades; do grau de consentimento ou de violência que preside esses contatos; da dimensão e da composição demográfica dos grupos em presença; da homogeneidade ou da heterogeneidade das respectivas culturas; do espaço social e político no qual se desenvolvem essas relações em meio urbano ou rural, no interior das metrópoles ou nos territórios coloniais; da intensidade e da duração dos contatos; do estatuto político dos grupos majoritários e minoritários. Com relação a este último ponto, convém precisar que a noção de minoria traduz uma inferioridade que não é exclusivamente numérica: na África do Sul, os negros são demograficamente majoritários, mas minoritários do ponto de vista político.

Assim, a minoria será definida como uma coletividade agrupada há várias gerações no interior de um Estado, onde o fato de pertencer à minoria precede e condiciona outras formas de caracteriza-

ção social. Uma minoria se encontra objetivamente em desvantagem quando seus membros não gozam dos mesmos direitos que os membros da maioria no sistema político e jurídico.

De modo geral, a aculturação associa *sociedades conquistadoras* — originárias dos países econômica ou militarmente avançados —, *sociedades dependentes* — as que são impregnadas pelo modelo econômico e cultural das sociedades conquistadoras, mas que não incorporam a prática política e social destas sociedades — e, enfim, *sociedades tradicionais* — as que permanecem ligadas a matrizes culturais, econômicas e sociais específicas. O entrecruzamento dos fatores dominantes e dos fatores recessivos que operam nessas sociedades poderá dar lugar à assimilação, à sincretização ou à contra-aculturação.

Os Estados diante da diversidade cultural

A exemplo da não-coincidência já assinalada entre as três constantes genéticas e os grandes grupos raciais humanos, os componentes próprios às estruturas familiares, às religiões, às línguas, aos modos de vida — isto é, o conjunto dos elementos constitutivos de culturas humanas — não encontram correspondência concêntrica com os territórios que delimitam a soberania dos Estados contemporâneos. De modo evidente, os Estados monogeográficos, monoculturais, monoglóticos constituem a exceção e não a regra. A multiplicação das fronteiras internacionais, sejam elas naturais, geométricas ou antropogeográficas (calcadas em limites étnicos), cria uma situação sem precedentes na história. À medida que a transnacionalização da produção faz caducar a necessidade de um território economicamente viável, um número crescente de micro-Estados conquista também a independência. Logo após a Segunda Guerra Mundial, contavam-se pouco mais de cinquenta Estados nas Nações Unidas, enquanto atualmente a comunidade internacional reconhece um número três vezes maior.

Comumente fundados em bases pluriétnicas, submetidos a constantes variações demográficas e migratórias, os Estados — e nisso consiste uma das funções essenciais das entidades estatais — deslocam os sistemas de poder tradicionais para empreender um movimento contí-

Mestiçagem, patrimônio étnico e aculturação

Divindade cultural e Estados

nuo de ressocialização dos indivíduos e dos grupos humanos no interior de unidades nacionais mais amplas. Nessas condições, elaboram-se códigos sociais e políticos no interior dos quais a mestiçagem nem sempre funciona como a única resultante possível, no jogo de limitações e de alternativas culturais e institucionais definidas dentro de um território.

Alguns Estados permanecem refratários à mestiçagem porque a segregação sedimenta uma política não-igualitária que é consubstancial à ordem estabelecida. Outros, que os cientistas políticos anglo-saxões denominam *consociational democracy* e os alemães, *Proporzdemokratie* ("democracia consociacional"), conhecem uma mestiçagem restrita em virtude do equilíbrio político e cultural instaurado entre várias comunidades livremente associadas no interior de uma democracia consensual e confederada. É certo que atualmente qualquer política baseada em clivagens étnicas se presta a discussão. Mas é igualmente verdade que as políticas que levam às últimas consequências o assimilacionismo, políticas responsáveis por um grande número de conflitos no passado e no presente, não mais se beneficiam de um preconceito favorável nas democracias modernas. Deste ponto de vista, a mestiçagem difundida em alguns Estados, longe de exprimir as aspirações de uns e outros, aparece como resultado instável e variável da ausência de escolhas políticas e culturais imposta pela sociedade dominante.

Culturas mestiças, culturas de transição

É que a aparente anomia na qual se dá a miscigenação esconde profundos desequilíbrios entre as comunidades em questão. Mais ainda, tudo parece demonstrar que a manutenção dessas desarmonias desempenha um papel essencial na própria dinâmica da mestiçagem. Poder-se-ia argumentar que a mistura étnica e cultural representa um mal menor, em comparação com os enfrentamentos intercomunitários que poderiam eclodir no interior de algumas sociedades. Sem desconhecer o alcance evidente do argumento, não é possível aceitá-lo sem reservas, na medida em que ele está mais próximo de uma desculpa do que de uma demonstração. Na verdade indefiníveis de outro modo que não seja por uma perspectiva animada pelo tempo e os acon-

tecimentos, as culturas mestiças caracterizam-se como culturas de transição, cujas assimetrias e elementos de crise são geralmente subestimados pelas análises atemporais.

Na maioria dos ensaios consagrados às relações inter-raciais engendradas pela expansão das sociedades conquistadoras modernas e contemporâneas, três variáveis intervêm: o ecossistema, que é o palco dos contatos intercomunitários, o estágio de desenvolvimento da sociedade dominada, a estratégia empregada pela sociedade dominante. Esta última variável pode referir-se tanto aos métodos de controle quanto à religião, às regras de aliança e de casamento ou à sociabilidade dos membros do grupo dominante. Chega-se assim à determinação de "fronteiras culturais" que permitiriam esboçar uma cartografia da mestiçagem. Nesta ordem de idéias, a longa coabitação com os árabes no interior da península Ibérica e a predominância das tarefas de evangelização sobre as de colonização no ultramar teriam forjado um *ethos* favorável à miscibilidade inter-racial entre os espanhóis e portugueses.

Em contrapartida, as culturas protestantes da Europa do Norte, mais marcadas pelo individualismo e pela racionalidade capitalistas, estariam baseadas em valores etnocêntricos renitentes às uniões inter-raciais. Propagada por vários autores, esta interpretação supostamente explicaria o aprofundamento da mestiçagem na América Latina e sua atrofia na América do Norte e na maior parte do continente africano.

Contudo, é forçoso constatar que os desdobramentos da descolonização, que recentemente voltaram a se manifestar na África, invalidam essas análises. Fazendo desmoronar as hipóteses culturalistas, bem como os estudos baseados na distinção entre colônias de povoamento e colônias de exploração, esses eventos fazem surgir invariantes nos processos de mestiçagem iniciados no interior de alguns períodos históricos. Em resumo, o contraste entre a extensão da mestiçagem na América Latina e na África está menos em relação com a atitude das diferentes potências presentes nos dois continentes do que com o quadro histórico específico na primeira (séculos XV-XIX) e na segunda (séculos XIX-XX) expansões européias. Um exemplo esclarecedor desta clivagem temporal é a alta miscibilidade dos portugueses no Brasil, durante

**Portugueses e
Miscigenação no
Brasil versus
Portugueses e
Não-miscigenação
na África:
a diferença
de atitudes
do dominante**

o primeiro período, e o pequeno alcance da miscigenação induzida por esses mesmos portugueses em Angola e Moçambique no decorrer do segundo período. Voltaremos a esta questão.

A determinação das condicionantes históricas das relações interétnicas permite compreender melhor o que está atualmente em jogo na mestiçagem. A questão de fundo consiste, na realidade, em saber se a mestiçagem funciona somente como uma forma de estruturação negativa no interior das sociedades contemporâneas. Expostos às vezes às virtudes corrosivas da democracia, devorados em outros lugares por entidades supranacionais, os Estados conseguirão conciliar a necessária unidade de seus objetivos políticos com a incontornável diversidade étnica e cultural de sua população? Qual o alcance político atual da mestiçagem?

Sem estabelecer como postulado a indivisão do político e do não-político, é fácil constatar que as relações culturais e étnicas modernas evoluem segundo eixos espaço-temporais bem determinados.

A primeira era da mestiçagem: comércio e evangelização

A primeira era da mestiçagem moderna estende-se de 1500 a 1825, durante a primeira expansão européia. Comércio e evangelização constituem a ponta de lança das Descobertas e da valorização dos territórios conquistados. Três séculos de intercâmbios e de transformações integram a América, a Ásia e a África na economia centrada mundialmente na Europa Ocidental. Primeiro continente atingido pelo avanço europeu, a África sofre mutações contrastadas no tempo e no espaço. A engrenagem do tráfico negreiro atlântico transtorna as sociedades subsaarianas, mas a evangelização e o estabelecimento de colonos são em parte freados por um ambiente epidemológico hostil. De modo que a aculturação dos africanos e a mestiçagem entre brancos e negros permanecem circunscritas às zonas do litoral até meados do século XIX.

Na Ásia e no Extremo Oriente, a chegada dos portugueses e, depois, dos holandeses e dos ingleses, nos séculos XVI e XVII, ocasiona, como na África, o estabelecimento de uma rede de feitorias e de portos de comércio. As transações marítimas são ativadas, sem que,

no entanto, isto acarrete a colonização direta das zonas atingidas de modo oblíquo pelo comércio europeu. Durante esse tempo, o Império Otomano afirma-se na Europa Central e no Levante. Reunindo uma multidão de populações e de territórios díspares, a Sublime Porta exige altos funcionários do império, originários de etnias diversas, uma adesão formal ao Islã. No entanto, os sultões otomanos não procuram pôr em marcha a assimilação dos países conquistados, nem converter as populações cristãs ao Islã. O que, aliás, explica a força dos particularismos que se manifestarão no interior do império a partir do século XVIII (Mantran, 1980).

É ainda no século XVI que a Rússia se entrega a uma expansão colonial. De início, em direção ao Volga e aos Urais, depois, no século XVIII, dirigindo-se para o Cáucaso e o Báltico. Escrevendo no começo do século XVIII, o cientista italiano Ludovico Muratori comparou a colonização "branda" dos russos na Sibéria à colonização "violenta" dos espanhóis e dos portugueses na América. No caso, prejudicados pela ausência de redes de comunicação e não dispendo de correntes de trocas comparáveis àquelas que os europeus estabelecem de modo incansável através do Atlântico, os colonos russos instalam-se entre as populações dos mercados do grão-ducado de Moscou, sem desarticular as culturas autóctones.

Esses movimentos de expansão conservam algumas características comuns. A fidelidade ao imperador, a idéia de participação num conjunto político ou religioso prevalecem sobre a idéia de raça, cuja acepção moderna, aliás, só se forjou no início do século XIX. Por razões que dizem respeito tanto à demografia quanto à economia, é no interior dos impérios ibéricos da América que se difundem as formas mais extensas da mestiçagem moderna. A introdução forçada de levas de africanos, a redução dos ameríndios à servidão — vítimas também do choque microbiano e viral provocado pela chegada dos africanos e dos europeus —, o estabelecimento do clero, da administração e dos colonos europeus — homens em sua maioria — acionam um duplo movimento de aculturação e miscigenação. Transformados em engrenagens do comércio mundial, os índios, os negros e os brancos da América Latina tecem uma trama densa de relações sociais. O surgimento dos novos Estados

Mestiçagem, comércio e evangelização

Mestiçagem, Estado e "racismo científico"

americanos encerra esta primeira era da mestiçagem. Arrastada no turbilhão da Revolução Industrial, a Europa fecha-se provisoriamente em si mesma, unificando os espaços nacionais, concluindo a concentração das populações, abrindo caminho para a formação de Estados-nação constituídos em torno de um território, uma língua, um povo.

A segunda era da mestiçagem: os Estados-nação e o "racismo científico"

A segunda era da mestiçagem abarca os anos 1850-1950, marcados por uma nova expansão européia. À medida que se intensificam as migrações internacionais, o povoamento dos Estados americanos se afirma e algumas regiões da África conhecem uma colonização efetiva.

Com a instauração de governos constitucionais e de regimes parlamentares na Europa e na América, o conceito moderno de cidadania ganha sua verdadeira dimensão. Despojado dos atributos religiosos, atemporais e supraterritoriais, próprios das monarquias imperiais do Antigo Regime, o poder político investe-se de uma nova legitimidade. A partir de então, a autoridade pública apresenta-se como emanação da soberania de uma comunidade que tem contornos geográficos, demográficos e culturais bem definidos: a nação. Paralelamente, dota-se o conceito de raça de um estatuto científico que servirá de base ao estabelecimento de hierarquias entre as raças e os povos. Pouco a pouco a colonização transforma-se em *praxis* do racismo contemporâneo. De fato, quando o "racismo científico" se integra nos conceitos modernos de cidadania e de nacionalidade, consolida-se a nova ordem internacional surgida com a Revolução Industrial: tanto para Cecil Rhodes quanto para Friedrich Engels, o mundo se dividirá entre nações "civilizadas" e nações "bárbaras", devendo naturalmente as primeiras dominar as segundas. Aliás, é o conceito laico de "civilização" e não mais o conceito religioso de "evangelização", que comanda a divisão dos novos impérios coloniais na África e na Ásia.

Parcialmente vencida, a barreira microbiana não representa mais um obstáculo intransponível à fixação de europeus, e sobretudo de européias, nas zonas tropicais. Enquanto se retraem os terri-

tórios dos impérios turco, espanhol e português, as possessões britânicas, alemãs, francesas e belgas aumentam consideravelmente.

Por um lado, assiste-se à colonização com base na fixação de famílias européias na Austrália, na África do Norte e no Sul do continente. Nos enclaves coloniais do Oeste da África e da Ásia, a organização do trabalho permite a separação das comunidades brancas e indígenas associadas às atividades produtivas. Seja em razão da colonização familiar ou da divisão do trabalho colonial, o fato de as comunidades permanecerem delimitadas de modo estanque restringe as uniões entre brancos e os povos de cor durante esse período. Em contrapartida, a transferência de populações asiáticas em levas sucessivas para a África e a América faz eclodir um movimento de mestiçagem entre negros, ameríndios e asiáticos.

Por outro lado, a introdução da máquina a vapor, seguida pela eletricidade, o desenvolvimento dos meios de transporte, em suma, a *mecanização* da exploração colonial amplia as migrações internas, a urbanização, a difusão das línguas européias e as mudanças econômicas na África e na Ásia. Contrastando com o processo observado na América durante a primeira era da mestiçagem, a colonização contemporânea provoca uma forte aculturação na África e na Ásia, mas não dá lugar a um movimento de miscigenação de dimensões comparáveis.

Como mostra a Tabela I, às vésperas da descolonização a África possuía apenas uma pequena porcentagem limitada de mestiços.

Embora perfeitamente capazes de entender a outros territórios sua dominação econômica, e neles consolidá-la, os Estados-nação contemporâneos encontram alguns limites quando se trata de garantir a dominação política desses territórios. Como nota Hannah Arendt: "De todas as formas de governo, o Estado-nação é a menos adequada a um crescimento ilimitado, pois o consenso específico no qual se baseia não pode estender-se indefinidamente e só é obtido raras vezes e com dificuldade dos povos conquistados" (H. Arendt, 1968).

Desta inadequação entre os instrumentos políticos e os objetivos econômicos do colonialismo contemporâneo surge uma série de impasses que precipitarão a descolonização e que, ainda hoje, pe-

sam sobre o estatuto de algumas categorias de cidadãos franceses e britânicos. Assim, para controlar a entrada de imigrantes de língua inglesa provenientes das antigas colônias britânicas, o Nationality Act de 1982 reverte sete séculos de tradição jurídica e abole o *jus soli*, o "direito do solo", na Inglaterra. Desde então, as crianças estrangeiras nascidas em solo inglês não dispõem mais de um direito automático à nacionalidade britânica. Além disso, esta nova lei priva cerca de 4,5 milhões de súditos britânicos — em geral asiáticos — do direito de livre residência na metrópole.

* * *

Sem sombra de dúvida, o elemento que mais chama a atenção no contexto político africano é a extravagância das fronteiras internacionais do continente. Apesar disto, e talvez por causa disto, a intangibilidade das fronteiras herdadas da colonização permanente como um dos principais pontos da carta da OUA (Organização da Unidade Africana) e do consenso diplomático africano. Não conseguindo encontrar em seus concidadãos uma fidelidade à nação, os atuais dirigentes africanos professam um "nacionalismo de Estado" que mantém o *status quo* entre os diferentes países e encobre os antagonismos étnicos no interior das fronteiras africanas.

Na América e, em menor medida, na África, a ocupação européia desmembra a maioria dos Estados pré-coloniais. Não ocorre o mesmo no Oriente Médio e na Ásia. Nestas duas regiões, algumas antigas potências (China, Japão, Vietnã, Turquia, Irã, Síria) recuperam progressivamente seu lugar no conjunto das nações, depois de um intervalo mais ou menos prolongado de declínio político. Deste modo, esses Estados são levados a contestar a soberania de novas potências regionais (Camboja, Índia, Grécia, Israel, Líbano) sobre territórios ou populações que a história colocava sob sua dependência antes da fixação das atuais fronteiras internacionais. Nesse nível, as tensões tornam-se ainda mais agudas, na medida em que esses países, antigos ou novos, congregam minorias prontas a entrar em dissidência com relação ao poder central. Varridos pela rivalidade Leste-Oeste, o Oriente Médio e o Extremo Oriente podem ainda sofrer novas partilhas territoriais.

É ainda durante a segunda era da

mestiçagem que se define o perfil etno-demográfico das nações do Novo Mundo. Enquadrados por fronteiras progressivamente consolidadas, os Estados americanos captam vagas sucessivas de imigrantes da Europa, do Oriente Médio e da Ásia. Ao mesmo tempo, cessa a chegada de africanos, enquanto os ameríndios continuam a declinar. Políticas seletivas de imigração, que também se inspiram no "racismo científico", favorecem a entrada de europeus no continente americano. Através do reforço do povoamento europeu e da miscigenação, espera-se reduzir a proporções adequadas os grupos não-europeus — ameríndios e negros — a fim de "branquear" e, portanto, "civilizar" a população de certas nações americanas. Em virtude desses fluxos migratórios, modificam-se os dados demográficos e culturais herdados do período colonial. Os Estados Unidos afirmam sua supremacia demográfica: a população do país aumenta quatro vezes entre 1845 e 1914 (de 20 milhões para 100 milhões de habitantes), enquanto a população na América Central e na do Sul aumenta apenas uma vez e meia durante o mesmo período (de 30 milhões para 80 milhões de habitantes). A partir de então, a população de origem européia ganha um peso inédito na história do continente americano. A Argentina, o Uruguai, o Sul do Chile e a maior parte da América do Norte formarão uma América demográfica e culturalmente européia, em contraste com uma América negra (Antilhas e Nordeste do Brasil) e uma América índia (América Central e países andinos). Entre as duas guerras diminui a frequência da chegada de levas de imigrantes, ao mesmo tempo em que se acentua o movimento de urbanização e as migrações no interior do continente. Aliás, as populações negras e ameríndias estabilizam-se e um novo surto de mestiçagem se produz.

A terceira era da mestiçagem: a democracia e os direitos das minorias

A terceira era da mestiçagem toma corpo diante de nossos olhos, suscitando as questões que enchem as páginas dos jornais dos países ocidentais: o que fazer com os trabalhadores imigrantes originários dos países menos desenvolvidos, num momento em que se aprofunda a crise nos países industrializados?

África, o continente internacional

Além de sua dupla inserção econômica — como produtores de bens e serviços nos países que os acolhem e como fornecedores de divisas em seus países de origem —, os imigrantes têm um duplo estatuto no domínio dos direitos civis. Cidadãos estrangeiros são, além disso, parcialmente incorporados às instituições políticas e sociais dos países onde trabalham (direito de voto em eleições locais na Suécia, na Irlanda, na Dinamarca, nos Países Baixos; direitos sindicais e sociais mais ou menos extensos segundo os países que os acolhem). É verdade que, até o início dos anos 1970, a mão-de-obra estrangeira podia ser assimilada globalmente a um "exército industrial de reserva", a serviço dos empresários dos países desenvolvidos. Fornecendo uma superpopulação relativa, uma força de trabalho desorganizada em situação de infracidadania, os imigrantes reduzem os custos salariais e permitem a manutenção de tecnologias ultrapassadas e a continuidade de atividades cuja insalubridade desagradava aos trabalhadores nacionais. Desde então, a extensão progressiva da sindicalização e da legislação social aumentou a combatividade dos imigrantes. O resultado é que, a exemplo da mão-de-obra feminina, os trabalhadores estrangeiros não podem ser totalmente excluídos do mercado de trabalho durante as fases de recessão econômica. Tanto mais que o anúncio de restrições à entrada de novos imigrantes leva muitos deles, já instalados nos países que os acolheram, a trazer para junto de si suas famílias, consolidando assim a presença das comunidades estrangeiras nos países industrializados.

A questão das minorias e o desmoronamento dos *melting pot*

Dois elementos convergentes dão um caráter mais agudo ainda a esta evolução. Enquanto decresce a natalidade na maioria dos países ocidentais, os atuais imigrantes — ao contrário daqueles do passado — contam com uma grande proporção de não-europeus.

Deste ponto de vista, o futuro dos imigrantes coloca problemas novos ao consenso político predominante em alguns países ocidentais. Como diminuir o peso dessa população alógena nos mercados de trabalho nacionais sem fazer apelo a leis de exceção, sem repor em causa garantias sindicais, direitos individuais, princípios constitucionais e, enfim, tratados internacionais — como o Tratado de Roma e os Acordos de Hel-

sinque — que obrigam os países signatários a autorizar a livre circulação das pessoas? Se pensa em escolher a via da generosidade, ampliando os direitos dos imigrantes já fixados no país? Nesse caso, caímos em outra questão: deve-se favorecer a sedimentação de novas comunidades étnicas e religiosas nos países que as acolhem ou, ao contrário, instaurar uma política ativa de assimilação? A resposta a essas questões supõe uma redefinição da política, da cultura e da visão que as nações que acolhem populações imigrantes forjaram sobre si mesmas no curso de sua história recente. Diante dessas dificuldades, o elogio da mestiçagem serve de exorcismo às reações irracionais que vemos despontar no horizonte.

Paradoxalmente, a mestiçagem é apresentada como uma solução às tensões intercomunitárias existentes em alguns países europeus, no exato momento em que ela é questionada de modo incisivo pelas minorias da América.

Condenadas e reprimidas com frequência no século XIX, a miscigenação e a transculturação aos poucos se afirmaram como elementos essenciais da estratificação dos Estados-nação do Novo Mundo. Todavia, desde os anos 1960 constata-se um ascenso de reivindicações comunitárias no continente.

Nos Estados Unidos, a ideologia do cadinho étnico e cultural (*melting pot*) se desgasta, ao mesmo tempo em que grupos minoritários reivindicam declaradamente, e às vezes de modo violento, a afirmação de sua "etnicidade", de sua especificidade cultural e étnica. Formados por um mosaico de populações, os Estados Unidos estão, além disso, em contato direto com o México, país em vias de desenvolvimento que defronta com uma demografia galopante. Por uma malícia da história, a "bela Califórnia", tomada em meados do século XIX "aos mexicanos preguiçosos" pelos "enérgicos ianques" (Marx), assiste atualmente à ascensão dos *chicanos*, enquanto o espanhol se converte na segunda língua falada nos Estados Unidos. Em suma, o fluxo contínuo de imigrantes legais e clandestinos da América Latina esboça uma nova cultura nacional nos Estados Unidos. Conforme mostra a Tabela II, a população originária de países de língua espanhola aumenta a um ritmo mais rápido que a população negra e a população branca. Em algumas grandes cidades

americanas, os efetivos combinados dos dois primeiros grupos estão chegando a ponto de ultrapassar o número de habitantes de origem européia. Desde já a coesão da população negra e a persistência da língua espanhola no interior do grupo de origem hispânica constituem dois fenômenos sociais irredutíveis.

Não resta dúvida que a amplitude dos movimentos políticos de caráter étnico mantém evidentemente uma relação muito estreita com a natureza das instituições americanas, em que a descentralização federalista se alia a um credo político baseado no culto das liberdades individuais. No entanto, é forçoso constatar que movimentos semelhantes eclodem no México, Peru, Bolívia, Brasil, Antilhas, regiões onde ameríndios, negros, amerasiáticos — às vezes majoritários do ponto de vista cultural ou demográfico — são mantidos sob tutela por instituições e práticas sociais que favorecem a população de origem européia.

Em graus diversos, devido à agudeza dos problemas étnicos desses países e, sobretudo, à presença ou à ausência de liberdades públicas, as minorias da América Latina parecem recusar cada vez mais as políticas assimilacionistas e a ideologia de mestiçagem espalhadas por todo o subcontinente.

No entanto, seja porque se compõem de grupos dispersos em um vasto território, seja pelo fato de terem sido política e culturalmente desmembradas (como as grandes nações indígenas e em particular os Aymara na América andina), essas minorias não formulam reivindicações quanto à soberania dos atuais Estados americanos. Aliás, nenhum Estado do continente está atualmente em condição de lançar manobras irredentistas em direção dos territórios e das populações vizinhas. Considerado deste ângulo, o novo questionamento da mestiçagem e das práticas assimilacionistas exige antes uma redefinição do jogo político interno de certos Estados que uma remodelação das fronteiras nacionais do continente.

Em conclusão, se excluirmos os países da África e da Ásia, cujas fronteiras ainda não se estabilizaram, e países balcânicos, onde essas fronteiras são contestadas, veremos esboçar-se uma certa complementaridade nos debates suscitados pela mestiçagem na América Latina, nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. Nesses continentes, não se questiona

a organização do Estado, mas a organização da nação.

Por um lado, a democratização das sociedades autoritárias da América Latina reduz o alcance político e ideológico das práticas de mestiçagem: reabilitando os indivíduos, as categorias sociais, as comunidades, a democracia leva a uma reavaliação do papel das minorias políticas e demográficas. Por outro lado, a difícil integração dos imigrantes nas sociedades liberais da Europa Ocidental e dos Estados Unidos suscita novos problemas para a prática da democracia: a presença agora já permanente de comunidades estrangeiras provenientes de culturas não-européias exige que se reconsiderem os elementos constitutivos da nacionalidade e da cidadania.

Estas observações permitem traçar um quadro das tensões que resultam da justaposição de diferentes camadas étnicas compreendidas no interior dos Estados contemporâneos. Entretanto, a significação nodal da problemática da mestiçagem só se torna evidente quando se consegue determinar a posição relacional do mestiço no interior das relações intercomunitárias.

A mestiçagem por hipogamia

Para que a mestiçagem ocorra, é preciso que o isolamento dos grupos em presença se rompa de maneira duradoura em seguimento a um desequilíbrio político ou militar.

Da multiplicação de contatos entre dois grupos que possuem características fenotípicas distintas surge uma camada de mestiços, geralmente oriundos de relações não-institucionais entre os homens da camada dominante e as mulheres da comunidade dominada. Uma vez que a maioria das sociedades humanas são "viripotestativas" (marcadas pela superioridade do homem sobre a mulher), essas uniões traduzem a hiperdominância de uma das sociedades — a qual fornece sempre o genitor e mais raramente o marido — sobre outra, que fornece sempre as mães e, mais raramente, as esposas. Esta forma unilateral de miscigenação não se restringiu evidentemente à América Latina. Ela intervém igualmente tanto na América do Norte quanto na África ou na Ásia. Esse processo também não é peculiar à expansão ibérica. Desde o fim do século XVIII, em Maryland e na Virgínia, colonos ingleses unem-se às ameríndias e depois às afri-

Há quase sempre uma relação de dominação na mestiçagem

**...que é a
gênese da
bastardia...**

canas. Na mesma época, holandeses, ancestrais dos atuais doutrinários do *apartheid*, casam-se com mulheres hotentotes da África Austral e, posteriormente, com as malasianas transportadas para a Cidade do Cabo. Depois da Segunda Guerra Mundial, a presença militar francesa e americana na Indochina deu lugar a uma camada de mestiços cujo futuro é atualmente duvidoso.

Nesse estágio, a miscigenação constitui apenas a resultante demográfica de uma relação de dominação e exploração. Podem produzir-se casamentos em que o pai transmite seu próprio estatuto ao filho. Mas, nessas circunstâncias, a concretização do *connubium* permanece tão rara quanto a inversão da norma que preside a esta forma de mestiçagem. Tão rara, com efeito, quanto a união de uma mulher da comunidade dominante. Na verdade o casamento se destina a unir grupos e não indivíduos.

**... que pode
dar lugar à
marginalização**

Nesse contexto, mestiçagem e bastardia tornam-se sinônimos. Nas sociedades cujas unidades constitutivas são grupos baseados no parentesco, os mestiços nascidos das relações clandestinas não terão filiação nem serão perfilhados. São considerados como "sem-família" ou, em outras palavras, como "não-seres". Por isso, quando o grupo dominado tem coesão suficiente para prescrever e observar regras endogâmicas, os mestiços podem ser rejeitados pelos dois grupos simultaneamente. Os eurásianos da Índia enfrentam esta forma de desclassificação: "Para os europeus, nós constituímos apenas metade de uma casta, de nossa parte não nos consideramos como uma casta, para os hindus somos excluídos das castas" (Stonequist, 1937). Esses efeitos negativos convergentes definem o campo da mestiçagem por hipogamia: de maneira desigual mas correlativa, a união intercomunitária desvaloriza cada um dos participantes. O mestiço representa a realização de uma dupla aliança negativa. Tal é a situação do mulato em alguns países africanos que conquistaram há pouco tempo a independência: tem muitos traços negros para poder ser incorporado entre os brancos, e poucos traços negros para conseguir se integrar aos africanos.

A personalização do mestiço dependerá, em última instância, dos critérios que cada uma das comunidades prescreve para o reconhecimento do direito de per-

tencer aos grupos que a compõem. Uma parte dos mestiços consegue às vezes filiar-se ao grupo do genitor de condição mais baixa, comumente o da mãe. Através de sucessivos casamentos, seus descendentes serão reintegrados na comunidade dominada, levando a cabo um processo de *reversão* da miscigenação. Em contrapartida, nas sociedades onde as regras comunitárias são mais rígidas, os mestiços permanecem condenados ao celibato ou às relações ilícitas, intensificando assim a *marginalização* de que são vítimas. Tanto num caso quanto noutro, a população mestiça conserva proporções residuais.

A atrofia da miscigenação no contexto das uniões hipogâmicas deu provavelmente origem ao preconceito sobre a esterilidade dos mestiços e o caráter disgenético da mestiçagem. A própria palavra "mulato" deriva do espanhol *mulo* (mula), híbrido não reprodutor. No Sul do Brasil, a palavra "chibarro" designa ao mesmo tempo "mestiço" e "castrado". Deste ponto de vista, os mestiços são apresentados como uma camada socialmente instável e demograficamente transitória, que atesta a transgressão das regras de aliança e de consangüinidade observadas no interior de um espaço político. Daí o anátema que pesa sobre o conjunto dos mestiços: "Os mulatos e as raças misturadas passam por ser, nas colônias, a escória da espécie humana", sublinha o Larousse do século XIX, na rubrica "Mulato".

Na Europa, a rejeição das "raças misturadas" foi ainda mais acentuada no século XIX pelo papel atribuído aos mestiços nas novas nações latino-americanas. Hegel retomava com preocupação a idéia da "ambição" dos mestiços da América, para concluir: "É por esta razão que os ingleses adotam na Índia a política que consiste em evitar a formação de crioulos, isto é, de um povo de sangue misto, indígena e europeu, aclimatado ao país". Na realidade, os britânicos transferem populações de uma colônia para outra (asiáticos para a África, muçulmanos para as zonas hinduístas da Índia e do Ceilão), segmentando assim a camada dominada, sem favorecer de modo particular os mestiços. A desconfiança com relação aos mestiços trabalhará em sentido inverso no pós-guerra. Eles passarão a ser vítimas de discriminações nas novas nações da África e da Ásia, onde dirigentes ultrana-

cionalistas, quando não xenófobos, sobem ao poder.

Em suma, nas regiões em que a aculturação do grupo dominado não é levada a cabo e nos países que foram palco de uma luta de libertação nacional, o recuo do grupo dominante desencadeia processos de contra-aculturação que acarretam uma redução progressiva da mestiçagem.

Dois exemplos atuais ilustram os mecanismos de reversão e de rejeição do enxerto colonial no continente negro.

Desde o século XVI, os portugueses procuravam construir em Angola "um outro Brasil". No entanto, apesar de uniões interétnicas seguidas, os mulatos continuamente se "reafricanizaram" no seio das comunidades indígenas dos vilarejos. A introdução, no século XX, da colonização familiar reduziu ainda mais o alcance da miscigenação: em 1960, Angola não conta com mais de 1% de mulatos. Após a independência do país, em 1975, e a retirada dos brancos, os mestiços tendem então a se fundir com a população negra. Tanto mais que os atuais dirigentes angolanos, como outros governos do continente, pregam uma política ativa de "reafricanização" das instituições e da sociedade. Majoritariamente branco, o clero católico seguiu os colonos de volta a Portugal. Quatro séculos de contatos inter-raciais e de esforços de evangelização evaporaram-se atualmente na África Central. Fracasso tanto mais surpreendente quando, como constatamos, se atribui aos portugueses um comportamento particularmente favorável à miscibilidade com os grupos dominados.

Mais característico dos limites da aculturação na África, o caso da Libéria constituirá um marco na história do continente. Fundada por sociedades filantrópicas americanas para abrigar os antigos escravos do país, a Libéria era dirigida, desde sua independência, em 1847, por uma camada de negros afro-americanos fortemente assimilados à cultura e à economia americanas. A maioria da população de origem africana — os "nativos" — permanecia afastada do poder. Por um efeito retardado do movimento de descolonização, as relações de força interiores modificam-se de modo brutal no país em 1980. Conduzidos por militares — vetores privilegiados das políticas de "reafricanização" do continente —, os "nativos" tomam o poder em Monróvia para eliminar um "neocolonialismo" mais que secular.

A queda de regimes "neocolonialistas" de origem bem mais recente, ocorrida desde então em Gana e em Alto Volta, indica que o desaparecimento dos pais-fundadores dos atuais Estados africanos poderá dar início a uma fase de contra-aculturação na África. Aliás, no momento em que o ex-presidente senegalês Léopold Senghor era admitido na Academia Francesa, parece que o conceito de "negritude", de que foi um dos criadores, tornava-se cada vez mais recusado pela *intelligentsia* africana em benefício de formas mais radicais de afirmação cultural. Sartre notava esta ruptura ao assinalar, em um de seus últimos escritos, o modo pelo qual a consciência prática da opressão condena ao desaparecimento as expressões passivas de contra-aculturação: "A negritude não cabe mais no pensamento africano depois das lutas revolucionárias do Terceiro Mundo: o africano se pensa enquanto sujeito precisamente na medida em que a luta armada faz dele um agente de sua própria história e do colono o seu objeto".

De onde se pode concluir que não basta que o isolamento das comunidades se rompa para que se generalize a mestiçagem. É necessário ainda que a sociedade dominada se desestabilize de maneira irreversível e que ela se tenha impregnado de um novo sistema de valores que torne a miscibilidade preferível ao casamento intraétnico. Para que se reúnam essas condições, a miscigenação deve ser acompanhada de uma aculturação profunda, que leve à desagregação da sociedade dominada. Foi na América Latina que esta combinação de fatores encontrou sua expressão mais completa.

A mestiçagem por hipergamia

Na América Central, nas Antilhas, nos Andes e na América tropical, o estabelecimento de uma economia de produção provoca a fixação dos ocupantes, rompe o isolamento dos autóctones, leva à introdução de escravos africanos. Estas circunstâncias acentuam a dessocialização dos negros e a destruturação de algumas sociedades ameríndias: a partir de então a miscigenação poderá ter efeitos cumulativos. Atualmente, tal como no passado, para escapar às pressões exercidas sobre seu grupo, as mulheres de cor são com frequência levadas a se tornarem concubinas dos brancos. Desconhecido ou ausente, o pai é substituído pela mãe à frente das famílias mestiças.

O fracasso português em Angola ou a queda do mito do luso-tropicalismo

**As senhoras
"aparecidas",
mães dos mestiços
e mediadoras da
civilização
opressora e
da dominada**

Dado que não deixa de ter relação com alguns traços do catolicismo na América Latina (Bastide, 1960).

Assim, à forte diferença da África, observa-se uma difusão do culto marianista no subcontinente. A Virgem de Guadalupe, no México, Nossa Senhora de Guálupo, no Equador, Nossa Senhora de Copacabana, no Peru e na Bolívia, a Virgem de Luján, na Argentina, Nossa Senhora de Caacupe, no Paraguai, Nossa Senhora Aparecida, no Brasil: todas elas santas de rosto mestiço, "aparecidas" em diferentes paragens da América Latina, para se tornarem logo após objeto de um culto de características profanas (Lafaye, 1974). Para as massas, que a destruição dos modos de vida tradicionais deixou órfãs, esta devoção se dirige à mãe mítica, símbolo da continuidade entre as crenças do passado e do presente, mas igualmente à mediadora entre duas civilizações.

No caso, a introjeção, por parte das minorias, dos valores culturais da comunidade dominante dá lugar à elaboração de uma hierarquia social global baseada na cor da pele, forma do rosto, textura dos cabelos. É o que Fanon denomina "a epidermização da inferioridade".

Nesse novo sistema ideológico, *ser e parecer* podem confundir-se. A personalização do mestiço dependerá de seu grau de proximidade com o fenótipo dominante: se o mulato aspira a parecer (branco), é porque é o ser (branco) que determina o não-ser (negro). A lógica da mestiçagem afirma-se, já que embranquecer a pele se converte em uma estratégia de promoção social. Daí decorrem duas conseqüências principais. Em primeiro lugar, as mulheres de cor procurarão unir-se a parceiros mais brancos, e em seguida cuidarão melhor da educação e da promoção dos filhos cujo fenótipo é mais próximo daquele do pai. Em segundo lugar, a propensão das mulheres de cor a casar-se com brancos subtrai esposas aos mestiços e aos negros, provocando o declínio demográfico dessas camadas da população.

Esse conjunto de fatores caracteriza a mestiçagem por hipergamia: em qualquer circunstância, a união com um homem da camada dominante valoriza a mulher da camada dominada. Na mestiçagem por hipogamia evocada anteriormente, a dupla filiação acarreta a desclassificação: o mestiço ratifica e reproduz a decadência

social de seus pais. Na mestiçagem por hipergamia, ao contrário, a dupla filiação produz uma reclassificação: inserido na parte inferior da pirâmide social dominante, o mestiço poderá começar uma ascensão rumo à personalização. No primeiro caso, por catabolismo, a reprodução dos mestiços permanece marginal e a sociedade continua a ser birracial. No segundo, por metabolismo, surgem condições favoráveis à formação de um tecido mais denso de relações interétnicas, ao crescimento demográfico e à edificação de uma sociedade multirracial.

Resta o fato de que a emergência de uma camada intermediária de mestiços e, portanto, a passagem da birracialidade à multirracialidade traduzem uma mutação fundamental no interior da população reunida em um espaço político. Em outras palavras, a transição social que conduz à personalização dos mestiços se situa tanto no domínio político quanto no domínio demográfico e cultural.

A invenção do mestiço

A despeito da desestruturação da comunidade dominada, o movimento em direção à mestiçagem pode encontrar fatores inibitórios no interior da comunidade dominante. Por razões que derivam do controle social ou dos imperativos do mercado de trabalho, a posição relacional do mestiço varia consideravelmente de uma época para outra, de um país para outro. Independentemente de sua religião, de sua cultura e de suas instituições, às vezes provenientes de um tronco comum, certos grupos dirigentes bloqueiam a estratificação de uma camada socialmente distinta de mestiços, enquanto outros adotam a política inversa. Essas escolhas terão conseqüências importantes quando os territórios coloniais se transformarem em Estados-nação.

Na América portuguesa, a extensão da escravidão africana agrava a insegurança dos proprietários e restringe a oferta de trabalhadores qualificados. Essas pressões levam os senhores a dar um tratamento de favor aos mestiços em geral e aos mulatos em particular. Arguto observador da sociedade brasileira, o jesuíta Andreoni formulou no início do século XVIII um aforismo que se tornou célebre: "O Brasil é o paraíso dos mulatos, o purgatório dos brancos e o inferno dos negros". Em contraste com a história americana, milhares de escravos — ge-

**Da mestiçagem
hipogâmica à
ascensão social**

ralmente mulatos e negros aculturados — foram alforriados e dotados do direito de voto (mas não do direito de serem eleitos) no Brasil, bem antes da extinção da escravidão. Daí as distinções que caracterizam as relações raciais, os enfrentamentos intercomunitários e o próprio crescimento da população negra nesses dois países (ver Tabela II). No Brasil, existe uma sociedade multirracial em que as uniões interracialias são amplamente toleradas e na qual os mulatos são investidos de entidade própria. Nos Estados Unidos, onde as ligações e os casamentos interracialias foram proibidos por muito tempo na maioria dos Estados, a sociedade é birracial, sendo o mulato classificado com o conjunto da população negra. O constante afluxo de imigrantes europeus, o insulamento da escravidão no Sul do país, a relativa segurança dos brancos explicam que os proprietários americanos não tenham sentido necessidade de dividir os negros, favorecendo a sedimentação de uma camada de mulatos livres no século XIX (Genovese, 1974).

É surpreendente constatar ainda que — não obstante a clarividência de autoridades coloniais que procuravam melhorar o estatuto dos mulatos — Lisboa não seguiu em Angola uma política racial semelhante àquela que os luso-brasileiros elaboram no outro lado do Atlântico. É certo que, no pós-guerra, os portugueses tentaram assimilar os elementos mais aculturados da sociedade angolana, mas, como vimos, já era demasiado tarde.

Esse fracasso português na África Austral e os distúrbios de Soweto em 1976 — eventos que não deixam de ser relacionados — constituem a razão principal da reviravolta política ocorrida há pouco na África do Sul. De fato, Pretória instaurou em 1983 reformas constitucionais que outorgam alguns direitos de cidadania aos mestiços e aos hindus, ao mesmo tempo em que mantém a população negra afastada dos negócios do país. De natureza preventiva, essas transformações políticas procuram deliberadamente dividir a comunidade dominada, permitindo a evolução em direção a uma sociedade que seria em aparência multirracial. Exemplo magistral de "engenharia social", essas medidas acentuam os traços dos fenômenos que acabamos de descrever.

Qual é a nova política sul-africana? Enfrentando um isolamento crescente na África Austral, agitado no interior por

atentados e distúrbios, o regime do *apartheid* viu-se obrigado a consolidar suas defesas internas e externas. Problemas cujo despontar era visto no domínio econômico aparecem então de maneira esclarecedora no plano militar. Como reforçar o regime sem alargar suas bases, visto que a imigração branca é limitada e que a natalidade dos brancos é baixa? Ex-ministro da Defesa, o primeiro-ministro Pieter W. Botha propôs a ampliação dos direitos políticos dos mestiços e dos hindus, a fim de fornecer aliados aos africanos e criar bases mais extensas para circunscrição militar. Em sua lógica transparente, os imperativos de segurança decidirão o debate político.

A partir de então, a África do Sul conta com três assembleias. A primeira, composta de cinquenta membros, representa os 4,6 milhões de brancos do país. A segunda conta com 25 membros, expressão dos 2,8 milhões de mestiços. A terceira, de treze membros, é representante de 850.000 hindus. Estas três câmaras formarão o colégio eleitoral que elegerá o chefe do Executivo. A antinomia fundamental que se encontra na base do *apartheid* nem por isso se modifica: os brancos conservarão uma maioria automática no interior das instituições e os 21 milhões de negros permanecerão totalmente excluídos do sistema político.

Trata-se unicamente de promover "a cooptação de brancos honorários em um sistema opressivo que já não conta mais com policiais e militares brancos em número suficiente para manter os negros no seu lugar", como afirma o Prêmio Nobel da Paz Desmond Tutu?

De modo mais geral, a fria determinação que guia os dirigentes sul-africanos na hierarquização do "direito à diferença" contribui para revelar as ambigüidades subjacentes aos fenômenos da mestiçagem.

O futuro da mestiçagem

Retomemos, para concluir, nossas indagações iniciais. À luz das observações anteriores, deve-se escrever que a mestiçagem, como o internacionalismo, será guardada no baú das utopias contemporâneas?

Estudando os movimentos migratórios antigos e modernos, Gobineau pensava que a mistura indiscriminada de raças — que distinguia da mestiçagem eletiva

Do *apartheid* radical ao *apartheid* dissimulado: a estratégia "multirracial" da África do Sul

entre certas raças, considerada como um fator de civilização e de progresso — conduziria a humanidade ao naufrágio genético e à mediocridade geral. O pessimismo de Gobineau baseava-se na idéia de que uma mistura total faria desaparecer as diferenças entre as raças humanas. Partindo dessa mesma constatação, outros autores, mais generosos, esperavam encontrar aí razões para acreditar no aparecimento de uma sociedade mais fraternal. Era não contar com o eterno retorno das hierarquias, com a recorrência das ideologias racistas, com os novos escolhos colocados no caminho da democracia, que Gobineau detestava tanto quanto a mistura racial generalizada.

A razão disso é que a mestiçagem — própria das sociedades atomizadas, em que os direitos individuais são dissociados dos direitos políticos — representa, no mais das vezes, uma alternativa à promoção social e ao reconhecimento de direitos reservados aos membros da comunidade no seio da qual o mestiço aspira a inserir-se. Nessas circunstâncias, o mestiço só é reconhecido como tal quando ocupa as funções e se traveste dos emblemas que lhe foram impostos pelo grupo dominante. Situação ilustrada pela observação impressionante de um mulato

brasileiro, Robson, que se tornou um célebre jogador de futebol na equipe do Fluminense: "Já fui negro, sei o que isto significa" (Mário Filho, 1964).

Movida pela constatação objetiva de uma escala social baseada no fenótipo, a mestiçagem só alcança sua verdadeira dimensão no interior de sociedades fundadas numa prática restritiva dos direitos políticos. O que explica, de passagem, o paradoxo de alguns países autoritários organizados em torno de uma pretensa "democracia racial". Ao abolir essas hierarquias, ao fazer a política penetrar em toda a extensão do campo social, a democracia instaura o direito à alteridade e retira toda a preeminência aos processos de mestiçagem.

Momento necessário, mas transitório, da transformação dos indivíduos, a mestiçagem encontra, assim, seus limites: ela não constitui a forma última da emancipação das comunidades, mas a última forma de emancipação das comunidades nos limites da organização atual das relações intercomunitárias.

Luiz Felipe de Alencastro é professor na Universidade de Rouen.

**Novos Estudos CEBRAP, São Paulo
n.º 11, pp. 49-63, jan. 85**

Tabela I — Composição da população de alguns países africanos por ocasião da descolonização

País	Ano	Árabes	Asiáticos	Negros	Branços	Mestiços	%	População total
Angola	1960	(...)	(...)	4.604.362	172.529	53.392	1,1	4.830.448
África do Sul	1960	(...)	477.125	10.927.922	3.088.492	1.509.258	9,4	16.002.797
Quênia	1962	34.048	176.613	8.365.942	55.759	(...)	(...)	8.636.263
Moçambique	1960	(...)	19.300	6.427.955	97.300	31.500	0,5	6.578.600
Namíbia	1960	(...)	(...)	428.575	73.464	23.963	4,5	526.004
Uganda	1963	2.200	82.100	7.093.000	9.800	(...)	(...)	7.189.600
Zaire	1957	(...)	(...)	12.768.706	(...)	(...)	(...)	(...)
	1958	(...)	1.233	(...)	109.457	(...)	(...)	(...)
	1965	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	15.627.000*
Zâmbia	1961	(...)	7.790	(...)	74.540	2.050	(...)	(...)
	1963	(...)	(...)	3.409.110	(...)	(...)	(...)	(...)
	1965	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	(...)	3.780.000

* Estimativa

Fonte: M. Banton, *Sociologie des Relations...*, pp. 232-239; D. M. Abshire & M. A. Samuels, *Portuguese África...*, pp. 5 e 12.

Tabela II — Evolução da composição da população dos Estados Unidos e do Brasil

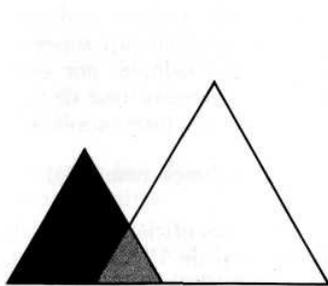
	Estados Unidos			
	1970		1980	
	Número	%	Número	%
Branços	177.748.975	87,5	188.340.790	83,2
Negros	22.580.289	11,1	26.488.218	11,7
índios, esquimós e aleutianos	827.268	0,4	1.418.195	0,6
Asiáticos	1.538.721	0,8	3.500.636	1,5
Outros	516.673	0,3	6.756.986	3,0
Total	203.211.926		226.504.825	
Indivíduos de origem hispânica	9.072.602	4,5	14.605.883	6,4
Outras origens	194.139.324	95,5	211.898.942	93,6

Fonte: J. Cazemajou & J. P. Martin. *La crise*, p. 183.

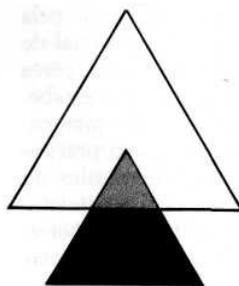
	Brasil			
	1960		1980	
	Número	%	Número	%
Branços	42.838.639	61,0	65.212.759	54,7
Negros	6.116.848	8,7	7.009.104	5,9
Amarelos (índios e asiáticos)	482.848	0,7	754.895	0,6
Mestiços	20.706.431	29,5	45.779.466	38,4
Total	70.191.370		119.070.865	

Fonte: IBGE. 1981. Rio de Janeiro

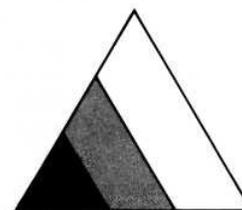
Gráfico I — Diferentes formas de mestiçagem



Mestiçagem por hipogamia: produto de uma dupla aliança negativa, o mestiço é rejeitado pelas duas comunidades.



Mestiçagem por hipergamia: o mestiço se insere na parte inferior da comunidade dominante.



Mestiçagem institucionalizada: os mestiços formam uma camada distinta entre a comunidade dominante e a comunidade dominada.